

4ª matéria do Contrata JE fala de comitê gestor

No AconTSE veiculado na semana passada (11.3.22), ressaltamos a importância da fase de captação de demandas para elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA).

Agora, de posse do resultado da captação de demandas e diante da escassez de recursos públicos, é necessário avaliar e priorizar as demandas, além de estabelecer estratégias de aquisição como, por exemplo, definir o calendário de licitações no PCA. Nesse processo, o recomendável é que o tribunal conte com um comitê técnico multidisciplinar de contratações, instância que deve atuar segundo as regras previstas no normativo interno e nas diretrizes estratégicas do tribunal.

O comitê multidisciplinar de contratações tem como principal objetivo subsidiar a alta administração nas decisões relativas às compras e contratações (estrutura de governança), além de garantir o alinhamento das demandas ao plano estratégico do tribunal.

Importante pontuar que a recomendação de se atribuir a um comitê multidisciplinar a função de assessoramento na tomada de decisão pela alta administração quanto às questões relativas às aquisições, associado a outros controles e instrumentos de planejamento é prática que mitiga riscos e vícios que podem ocorrer no ambiente das contratações públicas, além de agregar valor, transparência, maturidade e integridade ao sistema interno de governança do órgão.

No entanto, é necessário salientar que alguns órgãos atribuem ao comitê a decisão pela inclusão das demandas no Plano de Contratações do órgão.

Lembramos que a alta administração refere-se às gestoras e aos gestores que integram o nível estratégico do Tribunal, com poderes para estabelecer políticas, objetivos e direção-geral da organização. Como exemplos mais conhecidos de gestoras e gestores de nível estratégico, podem ser citados: ministra, ministro, desembargadora-presidenta, desembargador-presidente, diretora-geral, diretor-geral, secretária-geral e secretário-geral.

É de boa prática de governança que o comitê técnico multidisciplinar de contratações seja integrado pela alta administração, pelas secretarias, pela área de contratações, pela unidade de gestão estratégica e socioambiental, sem prejuízo, sempre que se fizer necessário, de outras unidades interessadas, pois, além de subsidiar a alta administração nas decisões relacionadas às contratações, o comitê poderá ser responsável pela avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão das contratações.

Conforme o art. 29 da [Resolução CNJ nº 347/2020](#), o comitê de contratações não tem papel de executor e sim de assessoramento, mas é certo que as deliberações de tal colegiado visam dotar a alta administração das informações e dados suficientes para a melhor decisão desta.

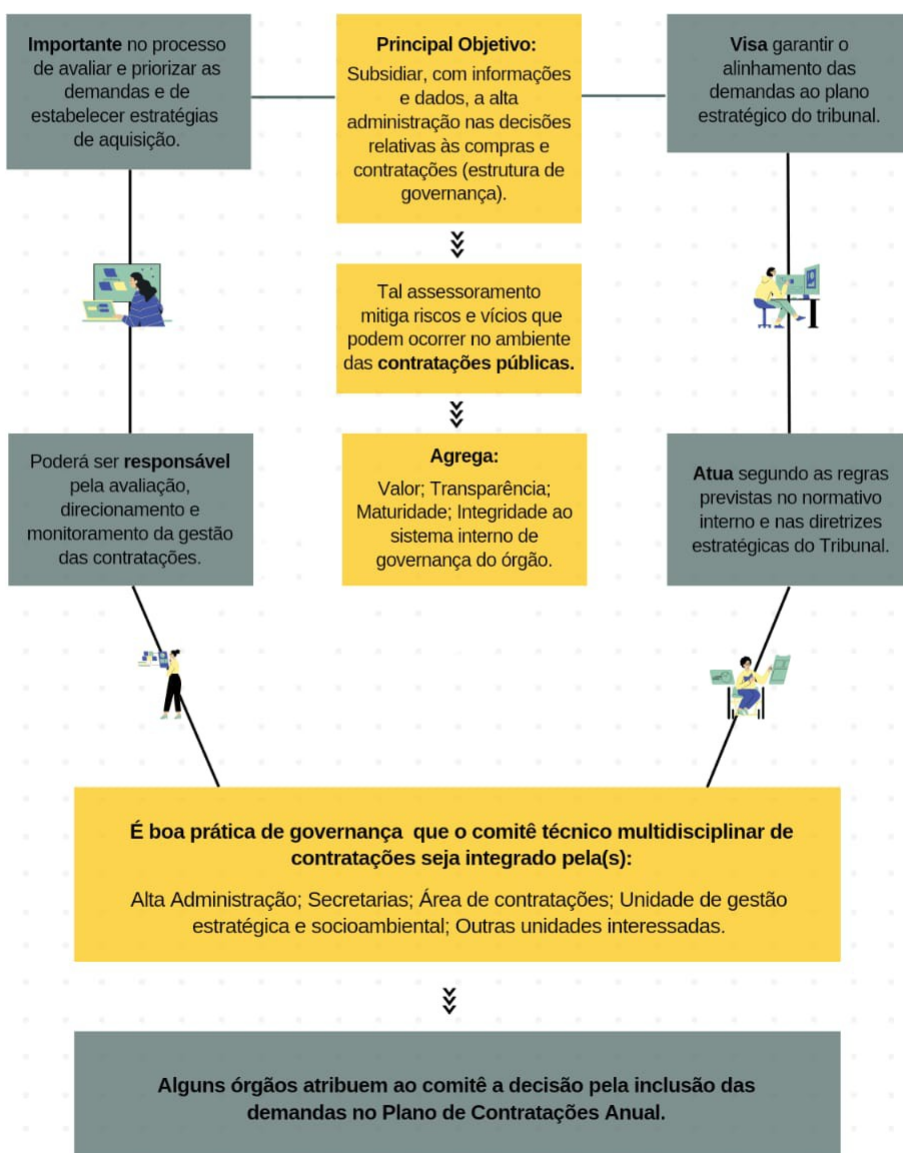
A referida resolução não impõe a existência de um comitê de contratações, mas é boa prática a ser seguida e certamente avaliado pela alta administração se tais responsabilidades serão atribuídas a um comitê já existente na estrutura de governança do Tribunal ou se justifica, especialmente à luz do princípio da eficiência, a criação de um comitê exclusivo voltado para a área de contratações.

No TSE, por exemplo, a [IN nº 2/2021](#) relacionou as unidades orgânicas que participam e aprovam a Proposta Orçamentária, a qual serve de base para elaboração do Plano de Contratações Anual.

É essencial que a unidade requisitante apresente todas as informações em relação à demanda, em especial as justificativas, o que facilitará os trabalhos do comitê multidisciplinar.

Texto elaborado com base na nota técnica sobre “Avaliação. Implementação. Colegiado multidisciplinar. Instância de governança das contratações.”

Comitê Técnico Multidisciplinar de Contratações



Resolução CNJ nº 347/2020, artigo 29

Alguns órgãos atribuem ao comitê a decisão pela inclusão das demandas no Plano de Contratações Anual.



Alta administração, à luz do princípio da eficiência, deve avaliar a pertinência quanto à criação de um comitê exclusivo voltado para a área de contratações.



No TSE, por exemplo, a IN nº 2/2021 relacionou as unidades orgânicas que participam e aprovam a Proposta Orçamentária, a qual serve de base para elaboração do Plano de Contratações Anual.



É essencial que a unidade requisitante apresente todas as informações em relação à demanda, em especial as justificativas, o que facilitará os trabalhos do comitê multidisciplinar.

